

EDITAL N.º. 174/2013

----- **DR. JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE**, Presidente da Câmara Municipal do
CCncelho de Amarante:-----

----- **TORNA PÚBLICO**, para efeitos do disposto no n.º. 1 do artigo 56.º da Lei
n.º. 75/2013, que esta Câmara Municipal em sua Reunião Extraordinária de treze de
dezembro de dois mil e treze tomou a seguinte deliberação:-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO.- "Documentos Previsionais de 2014
(opções do plano e proposta de Orçamento) – Mapa de Pessoal 2014".-----**

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer uma apresentação das
linhas gerais da proposta de Orçamento e Opções do Plano. -----
Referiu ainda que, na necessária revisão orçamental, a acontecer em Abril, o
documento será ajustado, tanto mais que, neste momento, ainda não é possível
precisar, por exemplo, o momento em que a transferência dos serviços da água e
saneamento vai acontecer.-----

----- Relativamente às Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara
referiu que, depois de ter solicitado aos respectivos presidentes que apresentassem as
prioridades de investimento, foi promovida uma reunião individual, tendo sido
definido os investimentos para cada Junta. Em termos de investimento, referiu a
preocupação de estabelecer um equilíbrio de modo a ajustá-lo à nova lei das
finanças locais.-----



----- Refêriu que se reduziu o valor global do orçamento, em aproximadamente cinco milhões de euros face a anos anteriores, por haver necessidade de aproximar a execução do orçamento em 2014 para 85%. Disse ainda que, apesar da redução feita, para atingir uma taxa de execução de 85% em 2014, só será possível se a Águas do Noroeste liquidar os cerca de seis milhões de euros, decorrentes do acordo com a CMA.

----- O Senhor Presidente finalizou, dizendo que, atempadamente, foram promovidas reuniões com todas as forças partidárias, mesmo as que não estão representadas nos órgãos Autárquicos, e com o Movimento Independente, aos quais foi fornecida informação financeira necessária para, colher contributos ou críticas na elaboração destes documentos que agora estão presentes, para a sua discussão e votação-----

----- O Senhor Vereador do PS Dinis de Mesquita interveio dizendo que existe desproporcionalidade relativamente a atribuição de verbas para as Juntas de freguesia que não são do PS.-----

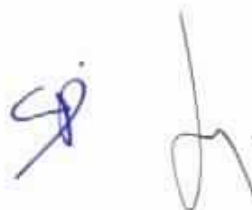
----- O Senhor Presidente respondeu que, em alguns casos, deu continuidade a obras assumidas pelo anterior executivo.-----

----- O mesmo Senhor Vereador retorquiu dizendo que são obras novas.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que todas as freguesias foram contempladas, ou em rubricas específicas, ou em rubricas genéricas, como aquisição de terrenos ou elaboração de projetos.-----

----- O mesmo Senhor Vereador observou que na rubrica de “Outros Planos de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano” consta Planos de Pormenor de Amarante e de Vila Meã.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que é o Plano de Urbanização de Amarante tal como se encontra no Relatório e Plano de Urbanização de Vila Meã. Acrescentou que é preciso avaliar e avançar com outros Planos de Pormenor simplificados no sentido de legalizar algumas situações existentes,



nomeadamente quanto a indústrias.-----

----- O Senhor Vereador do PS, Raimundo Magalhães solicitou informação ao Senhor Presidente da Câmara, no que respeita aos seguintes assuntos:

-Água: questionou em que ponto se encontra a formalização do acordo celebrado com as Águas do Noroeste, dado o facto de no orçamento da despesa e no da receita constarem verbas que considera avultadas e as mesmas deixarão de ser da responsabilidade da Câmara;

----- O Senhor Presidente respondeu que o mesmo já se encontra no Tribunal de Contas e que, entretanto, foram solicitados esclarecimentos por este Tribunal. Mais referiu que, é de salientar que o orçamento prevê a manutenção do serviço durante o primeiro semestre de 2014, sendo possível ajustar o orçamento em Abril, se até lá houver desenvolvimentos no processo de transição, ou informação concreta acerca do mesmo. O Senhor Presidente acrescentou ainda que este procedimento resulta, inclusivamente, de uma sugestão dada pelo Sr. Eng. Martins Soares, Presidente das Águas do Noroeste, em conversa tida anteriormente.

- Juntas de Freguesia: criticou o facto de ver inscritas nas GOP'S obras novas apenas nas freguesias presididas pelo PSD, apesar de a Câmara ter reunido com todos os Presidentes da Junta e auscultado as suas pretensões. Lamentou a discriminação relativamente às Juntas do PS e solicitou ao senhor Presidente informação sobre o critério que presidiu a esta proposta.

----- O Senhor Presidente respondeu, reiterando ter solicitado a todos os Presidentes de Junta que apresentassem as suas prioridades de investimento. Depois disso, foi promovida uma reunião individual de cada um dos presidentes com o Adjunto da Presidência, no sentido de definir os investimentos para cada Junta. Acerca deste assunto o senhor Presidente acrescentou ainda que a lógica que presidiu a esta opção foi evitar o empolamento do Orçamento. Trata-se de fazer as coisas pela ordem certa: primeiro avançam os projetos e de seguida procede-se à cabimentação das obras, que, em alguns dos casos em apreço, pode até acontecer logo em Abril.

1



- Criticou o empolamento do orçamento da Receita, nomeadamente no que respeita à venda de terrenos.

----- O Senhor Presidente referiu que, já aquando da apresentação do Orçamento, na reunião prévia com os Partidos, teve oportunidade de explicar que o documento está "empolado" em cerca de seis milhões de euros, isto apesar da redução global de cinco milhões, relativamente ao ano anterior. Trata-se de uma prática que visa o equilíbrio das contas e que tem sido recorrentemente usada pelos anteriores Executivos, inclusivamente com valores bastante superiores. No entanto, explicou o Senhor Presidente que aquando da revisão orçamental de Abril, será integrado o saldo da gerência, valor sempre superior a um milhão de euros, assim como, se a isto se puder juntar, nesse momento, o montante de três milhões relativos ao acordo com as Águas do Noroeste, esta rubrica será reduzida a um valor residual.

- Teceu considerações acerca da inclusão nas GOP'S de vários investimentos que o Senhor Presidente já admitiu não serem opção política deste executivo, nomeadamente o Cine Teatro, as Termas das Murtas e Piscinas, pelo que, em seu entender, seria mais correto a sua não inclusão e o conseqüente assumir dessa decisão política por parte do Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente respondeu que estes equipamentos constam no orçamento porque já têm projeto e que entende que a forma séria de tratar estes assuntos passa por avaliar cada um dos projetos e verificar se corresponde às necessidades do Concelho.-----

----- A Senhora Vereadora do PS Maria do Rosário Loureiro interveio, dizendo que o orçamento deve ter uma lógica de coesão social e que este não atende à situação de pobreza e exclusão social de muitos dos cidadãos, cuja situação do concelho, é extensão da conjuntura económica do país. O nosso concelho apresenta uma elevada taxa de desemprego, nomeadamente no desemprego de longa duração, com grande incidência de homens e mulheres com mais de 45 anos de idade e baixa escolaridade, e que se constata um aumento significativo do número de famílias em situação de grave carência económica.



Este orçamento não apresenta nada de novo, quer ao nível das medidas estruturais como o Subsídio de Arrendamento, mantendo a mesma dotação orçamental, quer na falta de criação de uma rubrica que preveja o apoio ao consumo da água para famílias carenciadas, aquando da passagem da gestão da água, para as Águas de Noroeste.

Disse ainda que não viu preocupação de criação de outros apoios sociais que em articulação com os demais parceiros da Rede Social, possam constituírem-se como respostas de Emergência Social, de que poderá ser exemplo a afetação de verbas para o Serviço de Atendimento Integrado, de que este Município faz parte e apenas contribui com a disponibilidade de um recurso técnico.

Referiu que na leitura que fez dos documentos estão contempladas verbas para a realização de dois rallies e o aumento da verba, destinado a atividades promocionais do Município, (estas alterações, integradas na segunda versão do orçamento), o que identifica as opções do Executivo.

Disse ter consciência de que o orçamento deve contemplar necessidades e públicos diferenciados, e constituir-se como promotor de crescimento e desenvolvimento económico, constatando que estão contemplados 60,000€, para uma nova rubrica - empreendedorismo. Lembrou que está a decorrer desde o dia 7 de Junho de 2013 até 6 de Junho de 2015, o Programa CLDS+ (Contrato Local de Desenvolvimento Social), financiado pelo FSE-POPH (e uma pequena parte dos Jogos Sociais), sendo a entidade coordenadora a Santa Casa e a entidade promotora a CMA, cujo financiamento (ainda a aguardar decisão final), pode atingir os 300,000€.- O convite do ISS,IP ao Município teve como base a elevada taxa de desemprego, sendo o eixo estratégico fundamental do Projeto, a área da empregabilidade, maioritariamente para criação e manutenção de microempresas.

Deixou o alerta para que com a criação desta rubrica e o trabalho que se venha a desenvolver, não leve à sobreposição de ações e financiamentos, nesta área.

----- O Senhor Presidente respondeu que concordava com a opinião da Senhora Vereadora Maria do Rosário e que era necessário captar investimento para dar emprego no sentido de criar e melhorar as condições socioeconómicas



das famílias. Foi com este objetivo que se criaram pelouros como o do Empreendedorismo e da Promoção do Desenvolvimento Económico e, além disso, será criado o gabinete de apoio ao empresário. É nosso entendimento que, ajudando os nossos empresários e captando novos investimentos, estamos a contribuir para a resolução de problemas sociais. Neste particular, disse ainda que o trabalho associado a estes pelouros ainda não avançou por não haver na CMA recursos humanos capacitados para dinamizar estas áreas.

Disse ainda: - "Lembro a Senhora Vereadora que exerço estas funções há menos de dois meses. Não houve ainda tempo para fazer o que há muito tempo devia ter sido feito: a carta social do nosso concelho e a definição de uma renovada política social.


No entanto, como nos últimos anos as questões sociais foram a grande bandeira do PS, no nosso entendimento, o normal seria que a continuidade da política anterior fosse do agrado dos Vereadores que agora representam o Partido Socialista".-----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD-CDS/PP André Magalhães pediu a palavra, dizendo que, no âmbito do Empreendedorismo, é a rubrica possível do orçamento, sendo necessário estabelecer parcerias, nomeadamente com o IET, valorizar a economia, garantir os projetos do novo quadro comunitário nas áreas da indústria, comércio turismo, cultural e social. Disse:- "Manter o que está feito e melhorar no sentido de encontrar sinergias para gerar riqueza".-----

----- O Senhor Vereador do PS Dinis de Mesquita, no âmbito do Mapa de Pessoal questionou se está prevista alguma alteração.-----

----- O Senhor Presidente respondeu referindo como exemplo a área da Comunicação, que terá de passar a ser uma área central. Disse: "Amarante para se afirmar na área do turismo, para podermos dar visibilidade à nossa terra, teremos que apostar num plano de comunicação capaz de dar resposta à estratégia de promoção do Município que vier a ser definida".-----

O mesmo Senhor Vereador questionou o Senhor Presidente se a revista editada, até agora, pelo Município, vai acabar.-----



----- O Senhor Presidente respondeu que ainda não teve tempo para se debruçar sobre o assunto. Contudo se for editada, será certamente em moldes muito diferentes.-----

----- O Senhor Vereador do Movimento Independentes Amarante Somos Todos", Pedro Barros disse o seguinte:-----

----- "Subscrevo inteiramente as considerações vertidas pelo Senhor Presidente da Câmara na pag 5 do Relatório do Orçamento Municipal 2014 quanto à impossibilidade decorrente da nova Lei 75/2013 de apresentação do primeiro orçamento após eleições até final de abril do ano seguinte, conforme estatua a revogada Lei 169/99.

Compreendo as dificuldades para uma nova equipa que assume a liderança de um Município para num tão curto espaço de tempo preparar tão complexos documentos.

Aliás, só assim justifico os atrasos e alterações verificados e algumas indefinições estratégicas e operacionais que resultam da manifesta falta de tempo.

Dai que compreenda na linha das palavras do Sr Presidente da Câmara que **"outra opção não restava que apresentar uma proposta de documentos previsionais aos órgãos do Município até ao final do ano"**, continuando mais à frente, **"sendo a maior parte das ações previstas nestes documentos as transitadas de exercícios anteriores cuja responsabilidade, porém, não enjeitamos"**.

Faço votos que uma futura Revisão dos presentes documentos que seguramente será feita até abril de 2014 possa, com mais informação e ponderação, corrigir as naturais lacunas, erros e omissões deste Orçamento, ajustando-o a uma estratégia de desenvolvimento que todos pretendemos para Amarante.

Assim, as minhas primeiras palavras são para a forma ligeira como o nosso legislador vai alterando (as mais das vezes para pior) o nosso ordenamento jurídico, não ouvindo as entidades destinatárias dessas normas, que terão que ser genéricas e universais, legislando ao arrepio do mais elementar bom senso e criando constrangimentos verdadeiramente desnecessários para os membros dos órgãos autárquicos eleitos e, em última instância, para os munícipes e para o



hem público".-----

----- O mesmo Senhor Vereador solicitou ao Senhor Presidente os seguintes esclarecimentos, tendo dito, contudo, que na intervenção que o mesmo teve e nas respostas às questões acima suscitadas, já teria esclarecido algumas delas.--

1 A relação entre a CM Amarante a empresa de Águas do Noroeste, qualquer que ela venha a ser, influenciará de forma decisiva o Orçamento de 2014. Influenciará, nomeadamente ao nível da retribuição de cerca de 6M€ a receber, diminuição do passivo por força da amortização de empréstimo de cerca de 3M€, libertação do remanescente, cerca de 3M€, transferência, no limite, de mais de 50 colaboradores. Ou seja, com repercussões diretas significativas no Orçamento da Receita e da Despesa. E terá repercussões sérias nos custos a suportar pelos municípios na fatura do consumo de água. Salvo melhor, opinião, estes reflexos superiores a 7M€ não estão refletidos nos Orçamentos ora propostos. Pode, pf, esclarecer?

Relativamente a esta primeira questão, o Senhor Vereador referiu que já estava esclarecido.

2. Fruto da crise que se instalou no país, a realidade demográfica do nosso concelho alterou-se com a população dos escalões 0-14 e 15-24 a diminuir dramaticamente naquilo que pode ser uma "bomba-relógio" de consequências imprevisíveis. Assim, é absolutamente prioritária a revisão da Carta Escolar, para em função destes novos indicadores tomar as decisões mais ajustadas no que respeita às opções de construção de novos centros escolares. Assim, porque se decide avançar em 2014 com a construção do Centro Escolar de Figueiró Santiago e abrindo o procedimento para o Centro escolar de Vila Meã?

O Senhor Presidente respondeu que a revisão da carta escolar é prioridade deste executivo e é essa revisão que ditará quais os equipamentos a serem construídos.

8



Até lá, e quanto à inscrição das verbas no documento apresentado, esclareceu que, por exemplo no que respeita ao centro Escolar de Figueiró Santiago existe um empréstimo associado, pelo que, tem de estar inscrito no orçamento, assim como, outros casos em que haja montantes pendentes para liquidar, ainda que referentes a projetos, têm de ser considerados no orçamento, mantendo a respetiva rubrica.

3. Todos estamos de acordo que a Floresta é um ativo fundamental do Município e que os fogos florestais têm gerado consequências gravosas para a este sector e para as populações de uma parte significativa do Município. Aliás, também nesta área é seguida as orientações de anteriores executivos, o montante afeto à prevenção é quase nulo face ao montante afeto ao combate. Não era altura de introduzir uma mudança no tratamento deste tema?

----- O Senhor Presidente respondeu que esta é uma das áreas que pretende ver alteradas, como de resto teve oportunidade de referir, no dia de hoje, na reunião da comissão Municipal de Proteção Civil, onde teve oportunidade de lançar a todos os participantes o desafio de contribuição para o trabalho de criação de um modelo que privilegie a prevenção e não apenas o combate aos fogos florestais. Este é um trabalho que pretendemos ver em curso dentro de pouco tempo e no qual queremos envolver todos: entidades públicas, agentes privados e mesmo os senhores vereadores, para nos ajudar a definir o melhor modelo. -----

4. Existem uma série de projetos de elevada dimensão que transitam do anterior executivo; Termas da Murtas, recuperação do Cine-Teatro, e Solar de Magalhães, todos eles sem financiamento/comparticipação de fundos comunitários. Estando numa fase de transição de quadro comunitário, não seria avisado assumir a necessidade de reenquadrar estes projetos?

----- O Senhor Presidente respondeu: - "Como já expliquei, estes equipamentos constam no orçamento porque já têm projeto. Entendo que a forma séria de tratar estes assuntos passa por avaliar cada um dos projetos e verificar se corresponde às necessidades do Concelho. Quanto às piscinas, por exemplo,



é determinante avaliar se servem para a prática desportiva que Amarante necessita. Apenas como exemplo, se viémos a entender que queremos implementar a prática do pólo-aquático, tem de se garantir que a piscina tem as dimensões necessárias. Se for o caso, não teremos problemas em avançar com a obra. Se não for possível, julgo que todos concordarão que não se faça, e se encontre outra solução.

----- Relativamente ao Complexo Termal, outro exemplo. É necessário apurar se há uma ideia de negócio, se foi pensado, se é sustentável e se vai ao encontro da estratégia de afirmação de Amarante no que respeita ao turismo.

----- No respeitante ao Cine-Teatro, os argumentos são os mesmos. Antes de se dar qualquer passo, importa avaliar: 1º - É viável economicamente? 2º - É sustentável?; 3º - É um elemento capaz de diferenciar Amarante, ou é igual a outros equipamentos que existem na maioria dos concelhos. Lembro que, com sete milhões de euros, podemos fazer um equipamento que permita afirmar Amarante em algumas áreas, como por exemplo a ópera, em que só existe um espaço em Portugal capaz de receber este tipo de espetáculos e que está situado em Lisboa (Teatro de S. Carlos).

----- Lembro também que qualquer destes equipamentos necessita que se encontrem formas de financiamento para se poder avançar.”

5. Na componente do Ordenamento do Território, **“espera-se acelerar o processo de revisão do PDM”** (pag 11 in fine do Relatório OM), com uma verba de €35.000, e surgem-nos novos planos de Pormenor para Amarante e Vila Meã, mais uma rubrica de “Outros Planos de Ordenamento do Território e desenvolvimento urbano, mais os estudos de delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU), mais a regeneração urbana da área central de Amarante incluindo projetos, a regeneração urbana da área central de Vila Meã incluindo projetos. Para estes dois últimos apontam-se 9,1M€ e 5,09M€. Existe alguma base para esta estimativa?

----- Relativamente ao PDM, o Senhor Presidente reafirmou a vontade de acelerar o processo de revisão. Disse ainda que existe



uma base de grandeza, relacionada essencialmente com a regeneração urbana que necessita ainda de análise e ponderação.-----

----- O Senhor Vice-Presidente disse que o Executivo considera prioritário o Plano de Urbanização de Vila Meã e de Amarante, bem como, avançar com o Plano de Pormenor do Rossio. Acrescentou ainda que, face à nova legislação, o PDM tem programa de execução, ou seja, “obriga” a que todos os Planos e todas as vias sejam concretizadas. - Disse:- “É preciso pensar o Município por dez anos, sob pena de desclassificação”. Quanto aos valores, acrescentou que são indicativos, em função do trabalho que foi possível desenvolver até aqui.-----

6. Pelo caminho ficam nos últimos 20 a 30 anos uma série de Planos, desde o já longínquo PGU de Amarante que, com todo o respeito, acrescentaram muito pouco. Quanto planos estão ainda ativos e o que lhes fazer?

----- Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente respondeu que se iria fazer um levantamento do ponto de situação dos Planos desenvolvidos até ao momento.

7. Estão inscritas duas rubricas Requalificação do parque Florestal com 100.000€ em 2014 e 2015, e Constituição do Parque da Cidade com 50.000€ em 2014 e 100.000€ em 2015. Pode explicar o perimetro destas rubricas a composição destes montantes?

----- O Senhor Presidente esclareceu que é preciso pensar-se na requalificação do parque Florestal e na criação do Parque Urbano da Cidade. Disse: - “As rúbricas estão abertas. Trata-se de valores indicativos, que podem ser reforçados, e que permitem considerar a possibilidade de avançar com os projetos, caso se verifiquem as condições para isso. No respeitante ao parque florestal o montante considerado tem a ver com a sua manutenção”

- 8 - Os Prémios de Poesia Teixeira de Pascoaes, Amadeo de Souza Cardoso,



de Jornalismo literário Teixeira de Pascoas Vicente Risco não têm qualquer inscrição nas GOP 2015/2017. Trata-se de um lapso, com certeza?

----- O Senhor Presidente respondeu que estas são atividades de natureza corrente que são acrescentadas ano a ano, não havendo necessidade de serem incluídas nos planos plurianuais.

9. É criada uma rubrica de "Estudos de requalificação da Linha do Tâmega" com 10.000€ em 2014 e 35.000€ em 2015. Trata-se do Estudo de Viabilidade Económica da Linha, referido pelo Sr Presidente da Câmara?

O Senhor Presidente respondeu que se trata de um estudo de reflexão estratégica. Referiu ainda a ser necessário "desenterrar-se a Linha do Tâmega e colocá-la novamente no mapa ferroviário regional." Disse ainda que este é um estudo que visa, inclusivamente, avaliar o potencial da reativação das linhas férreas para o desenvolvimento do turismo em toda a região, incluindo o Douro, porque, como é sabido, o que defendemos é a reativação da linha do Tâmega, ancorada na linha do Douro.

10. Compreendemos que não é fácil integrar todas as obras pretendidas pelas Juntas de freguesia. Pode explicar, pf, como foram desenvolvidos os contactos e qual o critério utilizado para a sua inscrição no Orçamento? Os srs Presidentes de Junta tiveram conhecimento prévio das obras aceites e que vieram a integrar as GOP?
11. Existe uma relação dos bens/terrenos para venda com a respetiva descrição e valor?

----- O Senhor Presidente respondeu que não tem relação do património da Câmara e que já se solicitou aos serviços esta informação e que vai chegar esta informação aos Senhores Vereadores.-----

----- Posto a votação, a Câmara deliberou, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12/9, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal**



as Opções do Plano, Proposta de Orçamento (respetivos anexos) e Mapa de Pessoal para 2014.-----

Votaram a favor os Senhores Vereadores do PSD e o Senhor Vereador Pedro Barros do Movimento "Independentes Amarante Somos Todos", tendo este apresentado declaração de voto que se transcreve:-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores do PS, com declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VEREADOR DO "MOVIMENTO INDEPENDENTES AMARANTE SOMOS TODOS", Pedro Barros:**-----

"O Movimento Amarante Somos Todos tem consciência das dificuldades impostas pela obrigatoriedade de apresentar num curto espaço de tempo o conjunto de documentos Previsionais para 2014.

E, conscientes dessas dificuldades que se colocaram à Coligação Afirmar Amarante, e lendo e respeitando o sentido do voto dos amarantinos em 29 de Setembro último, não podemos deixar de viabilizar estes documentos, esperando que este nosso gesto seja entendido como uma atitude responsável de assunção das nossas responsabilidades no respeito pelo sentido expresso de voto dos amarantinos no nosso Movimento.

Ao viabilizar este Orçamento não estamos a assumi-lo como nosso. Ao contrário, dizemos que este não é o nosso orçamento.

Dizemos que teríamos sido mais claros no modelo de organização de Orçamento com o objetivo de fazer um documento de base zero, definindo as prioridades estratégicas do Município em torno do Emprego e da captação de investimento, do social, do turismo e da cultura, e da regeneração urbana.

Teríamos assumido que 2014 seria um ano de transição e teríamos adiado a decisão de grandes projetos: carta Escolar e Centros Escolares, Cine Teatro, Termas, Solar de Magalhães e Parque Urbano.

Teríamos assumido uma Fiscalidade Amiga juntando à baixa taxa de IMI e ao compromisso de não lançamento de derrama sobre o IRC, uma



participação do município no IRS de 2,5% permitindo que o produto da diferença de taxas e a coleta líquida fosse considerada como dedução à coleta do IRS a favor do sujeito passivo.

Teríamos lançado a criação de um Fundo de Emergência Social, Ambiental, Cultural e Patrimonial, dotado do montante arrecadado com a totalidade da participação social do Município de Amarante no IRS de 2014.

Teríamos lançado a criação de uma bolsa de projetistas e prestadores de serviços de apoio aos idosos carenciados suportando a autarquia até 50% das intervenções.

Teríamos apresentado sinais claros para uma rede de transportes urbanos.

Teríamos dado sinais claros quanto ao apoio à Juventude.

Teríamos estabelecido um compromisso claro com as Juntas de Freguesia face às responsabilidades decorrentes da Lei 75/2013.

Teríamos implementado um orçamento participativo, a exemplo do que vem sendo feito em muitos Municípios portugueses.

Posto isto, decidimos votar favoravelmente o Orçamento para 2014 certos que os nossos contributos poderão ser incorporados numa próxima revisão, até Abril de 2014. -----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO dos MEMBROS DO PS:-----

A proposta das opções de plano e do orçamento para 2014, apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara é de uma ficção absoluta.

Essa ficção resulta do desconhecimento da nova realidade das finanças autárquicas e das regras do controlo da despesa pública, com o conseqüente rigor orçamental, e da vontade arbitrária de querer impor um modelo de desenvolvimento que, mesmo que tivesse mérito e, a nosso ver, não tem, não é realizável no curto/médio prazo.

Começemos pelo orçamento da receita

1.



O que a Câmara prevê arrecadar durante o ano económico 2014 de receita corrente é no valor de € 24.792.052,00. Contudo, desagregado este valor pelas respetivas rubricas, consta-se que é exagerado e pouco realista.

A menos que o processo de verticalização no setor das águas tenha sido interrompido, ou suspenso, facto de que o Sr. Presidente da Câmara não deu notícia, não se compreende o montante de receita corrente de € 800.000,00 relativo à venda de água, nem os valores relativos à ligação do saneamento e aos ramais de água e saneamento.

Seria muito bom que a receita corrente efetiva se situasse nos € 20.000.000,00

2

Quanto à receita de capital, o valor previsível não ultrapassará os € 5.000.000,00 (FEF de capital + ON/PRODER + empréstimo + alguma receita residual)

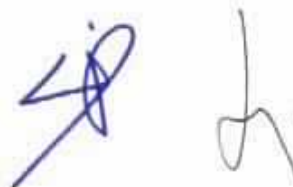
E não podemos esquecer que desses € 5.000.000,00 de receita de capital, € 2.136.405,00 referem-se a financiamento comunitário para obras em curso, ou já concluídas (Centro Escolar de Travanca e estação de Gatão).

Admitimos que uma boa administração autárquica conseguirá uma poupança na despesa corrente na ordem dos € 5.000.000,00 (o PSD apenas admite uma poupança de € 3.000.000,00).

É evidente que a receita prevista de € 4.020.000,00, com a venda de terrenos, e de € 940.000,00, com a venda de habitações, são virtuais.

A ser assim, o novo executivo terá ao seu dispor para investimento, durante o ano económico de 2014, o montante de € 10.000.000,00.

Ora, se o executivo anterior deixou compromissos com obras em curso no valor de € 4.000.000,00 e ainda € 800.000,00 de dívida de curto prazo, como o Sr. Presidente da Câmara não se cansa de propagandear, durante o ano económico de 2014, o atual executivo só pode contar com o valor de € 5.200.000,00 para novos investimentos, com a condicionante de o valor do empréstimo contraído e ainda não utilizado de € 1.186.600,00, só poder destinar-se ao cofinanciamento das obras que o justificaram (obras no estádio municipal de Vila Meã e Centro Escolar de Figueiró).



Claro está que, na apreciação das contas do exercício de 2013, que se realizará em abril próximo, teremos oportunidade de demonstrar ao Sr. Presidente da Câmara e aos amaranquinos em geral que o executivo anterior deixou ao atual dinheiro e previsão de receita efetiva para suportarem os compromissos assumidos e para pagamento das dívidas ainda não vencidas em 20.10.2013, já que vencidas não deixou nenhuma.

Nessa altura, espera-se então, que o Sr. Presidente da Câmara, com melhor conhecimento de causa, chame os meios de comunicação social para, perante eles, repor a verdade.

Temos, portanto, que a receita a arrecadar durante o ano de 2014 não ultrapassará os € 25.000.000,00, e é a este valor que terá de se confinar o orçamento da despesa.

Continuemos a análise dos documentos previsionais para 2014, agora quanto ao plano de investimentos.

1.

São três os projetos âncora que a coligação Afirmar Amarante propôs aos Amaranquinos; a saber:

O Parque urbano, a executar no parque florestal e na quinta anexa, que se propõe adquirir; a construção de um pavilhão multiusos; e a reabilitação urbana.

Propõe ainda a chegada a Amarante do comboio em linha eletrificada e de bitola ibérica, devendo o município financiar o estudo de sustentabilidade deste investimento que, só na infraestrutura, calcula ser da ordem de 48M€.

Como avisadamente o Sr. Presidente da Câmara tem declarado, esses projetos só avançarão se houver financiamento comunitário.

Entendemos que, para além do juízo que possamos fazer sobre a sua necessidade, oportunidade e sustentabilidade, à exceção da reabilitação urbana, só faz sentido o município investir os seus recursos em estudos, planos e aquisição de terrenos após o estabelecimento do acordo de parceria entre os Estado Português e a UE sobre o novo quadro comunitário de apoio e da definição dos novos programas de desenvolvimento regional, o que não acontecerá antes do final do ano de



2014 e, com a certeza quase absoluta de que não haverá financiamento comunitário para tais obras e, a haver, só em concertação com a CIM do Tâmega e Sousa, entidade esta que tem a competência de desenvolver o plano estratégico de desenvolvimento regional e de aprovar os respetivos projetos e ações.

Acréscce que, não se entende que se onere o orçamento com a aquisição de terrenos e com investimento no parque florestal, sem sequer estar acordado com o estado a transferência da sua propriedade e gestão para o município, a deslocação, ou não, dos serviços ali sediados e, não menos importante, o destino dos trabalhadores.

Perante tão poucos recursos para o investimento, como atrás vem demonstrado, e perante a quase certeza de que seria "deitar dinheiro fora", não concordam os vereadores do PS que das opções do plano para 2014 conste qualquer investimento, seja em estudos, em planos, em obras ou aquisições de terrenos, que se refira a esses projetos.

Nem mesmo compreendem que seja uma entidade externa ao município a delimitar as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), porque o departamento de urbanismo, "... em estreita colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana" (ver programa eleitoral da coligação Afirmar Amarante), tem recursos técnicos e humanos mais que suficientes para fazer tal delimitação.

2.

Não aceitam os Vereadores do PS que se invista num novo programa de regeneração urbana para o centro de Amarante, porque já existe um – **Amarante, De Novo o Centro** – que foi aprovado por unanimidade no executivo anterior e que foi elaborado por uma equipa pluridisciplinar, reconhecidamente qualificada, sob a responsabilidade do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e de Ordenamento do Território), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

3.

Não aceitam também os Vereadores do PS que das opções do plano constem projetos previstos neste programa de regeneração urbana que o Sr. Presidente da



Câmara diz não serem prioridade sua (por Ex: O Cineteatro, a recuperação e requalificação das Piscinas Municipais, o Edifício Termal das Caldas das Murtas ...).

Exigem os Vereadores do PS que o Sr. Presidente da Câmara clarifique a sua posição e, se realmente tem intenção de desistir destes projetos, que assuma a responsabilidade política de os retirar das opções do plano.

4.

Estranham os Vereadores do PS que o executivo se proponha elaborar uma nova Carta Educativa e, que simultaneamente, preveja a construção dos Centros Escolares de Figueirô e de Vila Meã, com prioridade para aquele, quando, pela comunidade escolar que cada um irá servir, a prioridade da construção vai claramente para este.

Não quer o Sr. Presidente da Câmara construir o Centro Escolar de Vila Meã? Se não quer, assuma a responsabilidade de o retirar das opções do plano!

5.

Justifica-se a elaboração de mais planos de pormenor, quando é sabido que, por muitos e bons anos, o setor imobiliário permanecerá anémico e quando não há intenção de investir "um tostão" nas infraestruturas do PP da Baseira?

6.

Os Vereadores do PS não compreendem que, perante a situação de emergência social que o país vive e, conseqüentemente, Amarante, o PSD não pretenda avançar com novos programas de intervenção social e não aumente as dotações dos programas de voluntariado jovem e do apoio ao arrendamento. Mas, por outro lado, aumenta para o dobro, a dotação da rubrica dos subsídios de capital às associações e mantém a dotação de subsídios correntes, juntando mais dois subsídios específicos para o desporto motorizado.

7.

Terá o PSD conhecimento mínimo da realidade, quando se propõe investir no Bairro da Chentuada e esquece o Bairro do Barrucão?

8.



Afirmando publicamente o Sr. Presidente da Câmara que quer investir na Cultura, como setor estratégico do nosso desenvolvimento, apenas mantém o que vem dos executivos anteriores, sem se perceber muito bem se os prémios Teixeira de Pascoaes, Amadeo de Souza-Cardoso e do Jornalismo Literário, bem como o programa da Jovem Criação Europeia, são para continuar, já que o plano plurianual de investimentos não os contemplam até ao final do mandato.

9.

Os Vereadores do PS começaram por afirmar que as opções do plano são uma ficção mas afirmam agora que são também um embuste.

As rubricas genéricas, sobretudo para a propaganda gratuita, são a esmo –na primeira versão deste documento, a rubrica das atividades promocionais do município estava dotada com a verba de € 5.000,00, na que nos foi entregue ontem, passou a estar dotada de € 100.000,00 – e o tratamento dado às Freguesias e União de Freguesias revela um profundo desrespeito pelos princípios basilares da igualdade e não discriminação.

Só as Juntas afetas ao PSD são contempladas com obras em 2014, enquanto as outras são aliciadas com a abertura de rubricas de obras, cuja execução da maior parte delas ficará para “as calendas gregas”.

Finalmente, todos sabemos que uma gestão autárquica transparente e séria não pode fazer uso e abuso das rubricas genéricas.

Conclusão:

- Perante todos estes considerandos, não podiam os Vereadores do PS aprovar com seriedade e em consciência a proposta de orçamento e grandes opções do plano apresentado pelo PSD.

- Contudo, não queremos que a incapacidade do PSD na gestão do município seja justificada com a falsa alusão à obstrução por parte dos vereadores do PS.

- Essa incapacidade é e será evidente com a execução deste plano e orçamento.

- Pelo que, o voto dos vereadores do PS é o da abstenção, deixando no entanto expressamente consignado que a responsabilidade é



consequências de execução deste orçamento são única e exclusivamente imputados ao movimento PSD.

Amarante, 13 de Dezembro de 2013

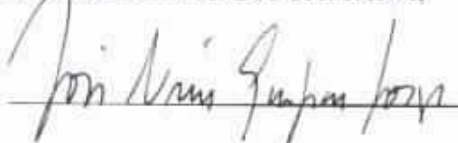
Os Vereadores do PS"-----

----- Para constar se publica o presente edital que vai ser afixado nos locais de estilo e cuja ata está disponibilizada na página eletrónica do Município (www.cm-amarante.pt)-----

----- E eu,  Sérgio Martins Vieira da Cunha, Diretor do Departamento de Administração Geral o subscrevi.-----

-----Amarante, aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e treze.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Dr. José Luís Gaspar